

Proibida a publicação no todo ou em parte;
permitida a citação. A citação deve ser textual,
com indicação de fonte conforme abaixo.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA DESTE CAPÍTULO:

GOMES, Carlos Tinoco Ribeiro. Depoimento. In:
MILITARES e política na Nova República/ Organizadores
Celso Castro e Maria Celina D'Araujo. Rio de Janeiro: Ed.
Fundação Getulio Vargas, 2001. p. 115-144.

Informações sobre a entrevista:

http://www.cpdoc.fgv.br/historal/asp/idx_ho_ce_popce.asp?cd_ent=15

CARLOS TINOCO RIBEIRO GOMES

NASCEU EM 1928, no interior do estado do Rio de Janeiro. Em 1945, ingressou na Academia Militar das Agulhas Negras, tendo concluído o curso em 1948. Entre 1961 e 1963, cursou a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, no Rio de Janeiro, onde permaneceu por mais três anos, como instrutor. Em 1966, passou a integrar a Missão Militar Brasileira de Instrução no Paraguai. De volta ao Brasil no final de 1968, serviu no Estado-Maior do Exército, já como tenente-coronel e, em seguida, fez o Curso de Estado-Maior e Comando das Forças Armadas da Escola Superior de Guerra. Em 1971, passou a servir no gabinete do ministro do Exército, general Orlando Geisel. Ao final do governo Médici, já promovido a coronel, foi designado para comandar o 3º Regimento de Infantaria, em São Gonçalo (RJ). Em 1976, tornou-se chefe do Estado-Maior da 2ª Brigada, em Niterói, e em 1980, promovido a general-de-brigada, foi para o gabinete do ministro do Exército, general Valter Pires. Em 1982/83, chefiou o Estado-Maior do II Exército, em São Paulo, e, em 1984, assumiu o comando da 4ª Brigada de Infantaria Motorizada, em Belo Horizonte. No ano seguinte, foi promovido a general-de-divisão e assumiu o comando da 4ª Divisão de Exército, ainda em Belo Horizonte. Foi designado, em 1987, para a vice-chefia do Estado-Maior do Exército. Promovido a general-de-exército em julho de 1989, passou a chefiar o Departamento Geral do Pessoal. Quatro meses depois, assumiu o Comando Militar do Sudeste, em São Paulo, onde permaneceu apenas dois meses. Com a posse de Fernando Collor na presidência da República, assumiu o Ministério do Exército, onde ficou até a posse de Itamar Franco.

Depoimento concedido a Celso Castro e Maria Celina D'Araujo em seis sessões realizadas no Rio de Janeiro entre 3 de julho e 27 de agosto de 1998.

Tancredo, ainda candidato, conversava com militares? Sua candidatura causava incômodo na área militar?

Tancredo sempre foi uma pessoa muito querida, extremamente dada, educada e habilidosa no trato com todas as pessoas. Basta dizer o seguinte: quando ele estava se afastando do governo de Minas, em 1984, foi me visitar. Eu era comandante da 4ª Brigada de Infantaria Motorizada, em Belo Horizonte. Ele não tinha obrigação de me visitar, a norma seria ele visitar o comandante da divisão, que era o meu superior. Como o batalhão de São João del Rei, o 11º, era diretamente subordinado a mim, ele foi pedir autorização para fazer uma visita de despedida à unidade. Eu disse: “Mas o que é isso, governador? O sr. é o dono do batalhão!” Então, isso mostra o que era o Tancredo. Era uma pessoa extremamente polida. Só provocava ambiente favorável a ele, nunca criava arestas. E todo o mundo gostava dele. Em Minas Gerais, e em Belo Horizonte particularmente, a morte do Tancredo foi um trauma.

Ele conversava sobre questões políticas com os chefes militares de Minas?

Comigo, não. Nunca tratou desses assuntos, nem eu provoquei. Nós conversávamos, fundamentalmente, sobre o 11º BI, que era a unidade “xodó” dele.

Havia algum medo, na área militar, em relação à vitória de Tancredo?

Ninguém receava o Tancredo presidente. Eu, particularmente, preferiria que fosse eleito o Maluf. Não pelo Tancredo em si, mas porque entendia que ele poderia ser envolvido por outras personalidades, das quais a gente não tinha boa impressão. E, no meu caso específico, achava que as eleições diretas para presidente já deveriam ter vindo há algum tempo. Para mim, o Castelo Branco deveria levar seis anos e, depois, ter eleições diretas. Só que ele não ia aceitar. Depois, para a frente, a coisa se complicou por causa da subversão e do combate ao terrorismo. Mas acho que, no final do governo Figueiredo, devia ter havido eleição direta.

Por que Tancredo escolheu o general Leonidas para ministro do Exército?

Quem o Tancredo escolheu para trabalhar mais diretamente com ele? Dois ex-comandantes da 4ª Brigada, com sede em Belo Horizonte: o general Leonidas e o general Denys. Pessoas com quem ele tinha convivido de perto. Não há outra explicação. O general Leonidas foi comandante lá de 1977 a 1979, e, poucos anos depois, o general Denys, a quem eu substituí. O pessoal lá de Minas até mexe: “Essa galeria [de fotos dos comandantes] da 4ª Brigada só tem ministro!”

Tancredo foi internado e, durante um dia, ficou a indefinição sobre se o vice, ou quem mais, deveria assumir.

Aí, o general Leonidas pegou a Constituição, foi para uma reunião dos ministros com o Sarney e mostrou que o normal seria o vice-presidente assumir. Havia quem achasse que não, porque o Tancredo não tinha assumido, mas a palavra dele dirimiu as dúvidas. Tenho para mim que a solução melhor era exatamente a que ocorreu. Porque imaginem a confusão que seria até realizarem uma outra eleição, se chegassem à conclusão de que o Sarney não devia assumir. Como o país ia ficar?

E qual era a imagem predominante, no meio militar, a respeito de Ulysses Guimarães?

O Ulysses, como pessoa, era completamente diferente do Tancredo. Tinha aquela pose, aquele jeito de ser. Era uma pessoa simpática no trato, mas muito radical em suas posições, ao contrário do Tancredo, que era mais versátil, maleável e inspirava mais confiança. Achava-se que o momento era para alguém com “cintura” suficiente para não enrijecer posições, para que se encontrasse solução para os problemas. Esse era o pensamento. Mas a coisa ocorreu do jeito que ocorreu.

Do Estado-Maior do Exército, o sr. acompanhou o chamado lobby militar na Constituinte?

O chamado *lobby* militar, em realidade, o que era? Era a participação efetiva do pessoal da assessoria parlamentar que trabalhava diretamente no Congresso e que era encarregado de mostrar aos deputados as facetas dos problemas que interessavam ao Exército. Eu estava sempre em contato com esse pessoal que trabalhava no Congresso. Depois, como ministro, a mesma coisa. A assessoria parlamentar das Forças Armadas de um modo geral, e do Exército em particular, é considerada pelos deputados e senadores como a mais eficiente. Como vice-chefe do Estado-Maior, adquirir uma vasta experiência, que foi de grande valia quando fui ministro. Pelo vice-chefe do Estado-Maior passam todos os assuntos de interesse da força, e ele tem ação de decisão, ação executiva, na maioria deles. Os assuntos que não cabe a ele decidir são apresentados ao chefe do Estado-Maior.

Nessa ocasião ocorreu um fato singular, algum tempo depois de minha chegada ao Estado-Maior, em maio de 1987. Em outubro, o chefe do Estado-Maior faleceu num acidente de pára-quadras, em Foz do Iguaçu. Com isso, assumi interinamente a chefia por indicação do general Leoni-

das, que era o ministro. Então, nesse meu primeiro ano no Estado-Maior, passei quase três meses como chefe interino. Nessa qualidade, chefei a delegação do Exército brasileiro à conferência dos exércitos americanos em Mar del Plata, em 1987. Fui entrar no assunto apenas um mês antes, mas aí passei a me dedicar quase que integralmente a isso. Tinha reuniões diárias com o general Aquino, que era o chefe da primeira subchefia, que cuidava do assunto, e com os oficiais que estavam preparando a documentação. O principal documento que nós apresentaríamos estava em gestação, e eu ainda tive a oportunidade de influir em alguns trechos de sua redação. Paralelamente, tive que fazer vários contatos com o Itamarati, porque, embora essas conferências sejam de chefes de exércitos americanos, é preciso estar seguro da posição do governo brasileiro. Nós tínhamos no Estado-Maior um representante do Ministério das Relações Exteriores, que foi muito acionado por mim nessa ocasião, buscando cópias de tratados anteriores — o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca, o Pacto Amazônico —, enfim, uma série de assuntos da alçada do Ministério das Relações Exteriores aos quais eu queria ter acesso para poder me situar. Felizmente fui bem assessorado e fui para a conferência me considerando preparado.

A imprensa noticiou muito o documento do acordo secreto que teria sido feito, basicamente contra o comunismo, nessa reunião de 1987. O que aconteceu?

Os jornais enfatizavam justamente esse aspecto do terrorismo, particularmente na América Central. Os americanos fizeram, inclusive, uma apresentação relacionada com isso. Mas o que se procurava fazer? Procurava-se difundir conhecimentos. Assim como o Exército brasileiro levou um documento relacionado com o problema da subversão no país naquela época, os outros países também levaram. Isso era discutido no comitê número dois da reunião, que era o de informações e visava à difusão de conhecimentos sobre o que estava acontecendo na América como um todo.

Quantos comitês funcionavam na reunião?

Três. O comitê número um, que era o dos comandantes, o comitê número dois, que era o de informações, e o comitê três, de assuntos gerais.

E no comitê número dois, cada país apresentava um relatório sobre sua situação política interna?

Não é bem situação política, é a situação de subversão. A subversão está aí até hoje na Colômbia. Eu estava relendo o livro do Ustra²² e nele

²² Ustra, 1987.

aparece uma transcrição de alguns trechos da cartilha de guerrilha do Marighella. Só quem sabe como funciona uma guerrilha é que entende que não adianta querer parlamentar com o guerrilheiro; se o guerrilheiro chega a parlamentar e a seguir o que acordou, em realidade, não é guerrilheiro. Então é isso que está aí até hoje. Nas conferências atuais dos exércitos americanos, certamente esses assuntos são debatidos. E têm que ser.

O que o documento do Brasil falava, nessa época?

Nessa época já não havia praticamente nada. O que havia era a busca de influência das esquerdas na Assembléia Constituinte, onde em realidade todos queriam influir, mas as esquerdas tinham um *lobby* muito grande.

O sr. não achava na época que essa “síntese da situação da subversão no Brasil” era exagerada? O documento falava que 30% da Assembléia Constituinte pertenciam a organizações subversivas, que o feminismo fazia parte dela... Isso não era um pouco caricato?

Quando se analisa um documento fora da época, às vezes temos idéias equivocadas. Quando se diz que um percentual determinado era de ex-integrantes de organizações subversivas, é porque era. O que acontecia? A maioria dos estudantes que eram ligados às organizações — o que não significa que eles tivessem sido terroristas — acabou sendo eleita, estava no Congresso. Daí a grande influência das esquerdas na Constituição de 1988, uma influência muito grande, que não teve como ser combatida.

Mas esquerda é uma coisa, movimento subversivo é outra.

Claro. Mas no documento não se fala em movimento subversivo, fala-se em organizações.

Fala-se que 30% dos parlamentares pertenciam a organizações subversivas.

Mas isso era uma sigla que vinha desde a época da subversão e que continua sendo usada. Esses indivíduos, que nessa ocasião estavam no Congresso, haviam pertencido a essas organizações. Então eles estavam, digamos assim, sob suspeita. E quando se faz um documento de informações, sempre se raciocina com a pior hipótese, nunca com a melhor. Mas que havia uma influência grande na Assembléia, havia. Não precisava estar num centro de informações, bastava a nossa assessoria parlamentar para ver isso. O clima era mais ou menos esse, e o documento reflete o que se percebia na ocasião.

O final do documento dizia o seguinte: “as esquerdas vêm atuando na vertente da via pacífica para a tomada do poder, concentrando esforços na Assembleia Constituinte”.

Essa é a conclusão, em linguagem de informações.

Quais eram os principais assuntos que interessavam aos militares na Constituinte?

Fundamentalmente, a estrutura, a organização e a missão das Forças Armadas, o problema do Ministério da Defesa, os problemas relacionados com vencimentos, orçamento e ainda outros que surgiam. Por exemplo, havia na Constituição um dispositivo que garantia uma gratificação para quem havia participado, na época da II Guerra, da vigilância do litoral. Então, o que acontecia? Todos os soldados, sargentos, que tivessem participado de algum tipo de missão de vigilância seriam promovidos a segundo-tenente, iriam receber soldos de segundo-tenente. O Exército achava que isso era uma injustiça com os que realmente foram combater na Itália. Por que quem ficou aqui e participou de uma ou outra missão de vigilância no litoral seria promovido a segundo-tenente e os que foram para a Itália, soldados, cabos e sargentos, não seriam? O Exército se posicionou contra isso, mas não conseguiu impedir que fosse aprovado na Constituição. Isso é só para citar um exemplo de coisas que apareciam.

Um dos pontos principais era o Ministério da Defesa. Achava-se que não havia condição de funcionar naquela ocasião. Mas o principal era o emprego, o papel constitucional das Forças Armadas. Mas isso acabou ficando de uma maneira que pôde ser aceita. Seu emprego na manutenção da ordem interna passou a depender de autorização expressa de qualquer dos poderes, mais autorização expressa do chefe do Executivo, que é o comandante-em-chefe das Forças Armadas.

Não conseguimos influir no problema de considerarem militares os integrantes das polícias militares. Parece não haver muita diferença, mas há. Eles são considerados militares mas não são. É uma distorção. Queríamos que continuasse como estava nas Constituições anteriores: polícias militares.

No trabalho junto à Constituinte, quem eram os assessores do Exército?

Desde a minha passagem pelo gabinete do ministro, como coronel, havia uma assessoria parlamentar que era integrada por um oficial superior, normalmente um coronel, e alguns auxiliares. Nessa ocasião da Constituinte, essa assessoria passou a ser integrada por vários oficiais, uns

quatro ou cinco, que viviam permanentemente em contato com os trabalhos da Constituinte, levando sugestões, trazendo coisas para serem examinadas. Em suma, fazendo um trabalho de “meio de campo”, digamos assim, com relação aos assuntos que fossem de interesse das Forças Armadas, do Exército em particular.

E a questão da isonomia salarial? Era importante?

Acho que uma das coisas boas da Constituição de 1988 foi a definição da isonomia de vencimento entre os três poderes. Só que, na prática, não se conseguiu realizá-la. O que acontece é que o Judiciário e o Legislativo têm os vencimentos muito acima do Executivo. Um motorista, por exemplo, no Legislativo e no Judiciário, ganha cerca de três vezes mais do que ganha um motorista no Executivo. Não tem cabimento, mas não se conseguiu acabar com isso. O presidente Collor chegou a conversar com os presidentes da Câmara, do Senado e do Supremo Tribunal Federal em relação a isso. Começaram a trocar idéias, quase chegaram a um consenso, mas em seguida houve o problema com o Collor, e o assunto morreu. Nós, militares, achávamos que a isonomia era importante. Sempre se buscou uma isonomia dos oficiais-generais de quatro estrelas com os ministros do Superior Tribunal Militar, o que na época do Sarney chegou a ser estabelecido, mas que a Constituição acabou. Mas isso não era, digamos assim, um assunto que chamasse tanta atenção, porque eu, particularmente, achava que não prevaleceria, como acabou ocorrendo.

Pensando no saldo da Constituinte como um todo, em relação às questões que interessavam aos militares: foi positivo ou negativo?

Foi bom, foi positivo. O que não se conseguiu era coisa de menor importância, que não prejudicava o funcionamento normal das Forças Armadas.

Como foi o convite para o sr. ser ministro de Collor?

O Leonidas foi consultado, indicou três nomes, entre os quais o meu, e o presidente me escolheu. Talvez eu não fosse o primeiro nome, provavelmente era o último, porque era o mais moderno, e normalmente as listas são por antigüidade. Imagino que o general Leonidas tenha me indicado em decorrência do meu trabalho como vice-chefe do Estado-Maior e principalmente como chefe interino do Estado-Maior. Nesse cargo, semanalmente ia conversar, despachar com ele, trocávamos idéias, e eu fazia questão de procurar entender o pensamento dele com relação aos problemas da força.

Quais eram os outros dois nomes indicados por Leonidas?

Um certamente era o Wilberto Lima, porque foi o seu chefe de gabinete; o outro, não sei. O próprio Leonidas diz: “Esse ninguém saberá”. Bom, foi o próprio Leonidas quem me telefonou dizendo: “O presidente Collor quer o seu comparecimento hoje, às três e meia da tarde, lá no Bolo de Noiva. Ele vai te convidar para ser o novo ministro”.

Como foi esse contato com Collor? O sr. já o conhecia?

O contato foi normal. Eu havia estado com ele antes duas vezes. Uma ocasião, na casa de um companheiro de Exército mais antigo, cujo filho era muito amigo dele. Nessa ocasião, ele ainda era candidato e estava querendo trocar idéias com referência a assuntos relacionados às Forças Armadas. Então fomos eu e um outro oficial-general, também meu companheiro de turma, e conversamos com o Collor cerca de uma hora, basicamente sobre o Ministério da Defesa, que era um assunto que o preocupava. Ele tinha a idéia de criar o Ministério da Defesa e foi desestimulado em função das conversas que teve com o Leonidas, além de outros. Depois, estive com ele numa outra ocasião, quando já ia disputar o segundo turno, também para trocar idéias sobre assuntos de interesse das Forças Armadas.

A impressão que se tem é de que ele tinha pouco contato com o meio militar.

Tinha muito pouco contato. Inclusive tinha uma certa ojeriza, porque ele teve um problema com o general Ivan. Foi uma pena, na ocasião, o presidente Collor cismar de acabar com o SNI.

Mas o que o sr. conversou com o presidente Collor?

Conversa simples. Ele me disse que havia se fixado no meu nome para ser o novo ministro, que tinha tido as melhores referências, inclusive do ministro, o general Leonidas, e que eu estava sendo convidado para ficar com ele até o fim do governo. Nessa ocasião, ele também me disse que o chefe do Gabinete Militar seria um oficial-general do Exército e me pediu que fizesse uma indicação. Uma semana depois, indiquei o general Agenor Francisco Homem de Carvalho e mais dois nomes. Ele perguntou: “Qual dos três o sr. indica?” “O que está em primeiro lugar.” Era o Agenor. Por quê? Porque eu já o conhecia. Quando comandeí a 2ª Brigada, o Agenor tinha sido comandante de uma das unidades dessa brigada. Sabia o que ele valia. Era diplomático, incisivo, mas com uma facilidade muito grande para lidar com pessoas e ambientes adversos. E também

um camarada de mente aberta. E percebia que era preciso botar alguém que raciocinasse racionalmente, naquele início, lá no Bolo de Noiva. O presidente concordou com a indicação e perguntou quando o Agenor podia começar a trabalhar — quer dizer, veio ao encontro do que eu estava pensando. Eu queria colocar o Agenor no Bolo de Noiva o quanto antes. Minha preocupação, naquele início, era com o grupo que cercava o presidente, que tinha idéias preconcebidas e nem sempre adequadas.

Idéias preconcebidas em relação ao Exército, especificamente?

Não, com relação a problemas globais do país. Quando estive com o presidente, na ocasião em que fui levar essa relação, ele já falava em morar na Casa da Dinda, e sugeri que desistisse por causa da segurança. Teria que ser montada uma estrutura de segurança junto à Casa da Dinda, e isso importava em recursos. Mas ele me cortou: “Ministro, existem três coisas das quais eu não abro mão: morar na Casa da Dinda, acabar com o SNI e com as residências oficiais da península dos Ministros”. Ele achava que morar num palácio causava um impacto negativo nos descamisados, como ele chamava. Uma bobagem. Eu disse: “Presidente, quem dá segurança ao sr. é o Exército, é o Batalhão da Guarda Presidencial e o Regimento de Cavalaria de Guardas. Vou ter que montar uma estrutura na Casa da Dinda para atender às necessidades de sua segurança, e o Exército não pode despende um tostão com relação a isso”. Ele virou-se para mim: “Ministro, não se preocupe, tudo o que for necessário lá na Casa da Dinda correrá por minha conta”. Tanto que, quando começou o governo, o pessoal do Exército ficou acampado, em barraca, em frente à Casa da Dinda, num terreno que era de propriedade da família. Com o correr do tempo, ele mandou construir as instalações onde essa guarda ficava. Quando se afastou do governo, montou ali sua biblioteca.

Como o sr. via o grupo de pessoas que cercava o presidente Collor?

O que eu via era um grupo de pessoas jovens e inexperientes que tinham uma influência grande sobre o presidente, o chamado “Grupo de Pequim”.²³ Esse pessoal preocupava, porque queria acabar com o SNI, com o Emfa, com a consultoria jurídica da Presidência da República, com uma série de órgãos. A nossa preocupação, a minha em particular, era com relação ao SNI, porque era uma estrutura importante para a Presidência da República. O SNI já havia sido transformado, pelo general Ivan,

²³ “Grupo de Pequim” refere-se ao círculo íntimo de amigos de Collor que em jantar durante viagem a Pequim, em 1989, teriam decidido entrar na campanha presidencial.

de um organismo dedicado a acompanhar o trabalho de subversão em um órgão de assessoria ao presidente da República. Havia também preocupação com relação ao Gabinete Militar, que tinha uma série de encargos relacionados com assuntos de interesse do Exército, inclusive o Calha Norte. Como isso ia ficar? O Exército tinha recursos provenientes do Calha Norte, estava instalando pelotões na Amazônia para densificar a humanização da fronteira, isso era extremamente importante. E o SNI, quem ia se encarregar dos assuntos que eram tratados ali? Isso inclusive gerou a criação da Secretaria de Assuntos Estratégicos, em decorrência do trabalho do general Agenor mostrando ao presidente a importância de um órgão que se encarregasse daquelas funções que eram exercidas não só pelo SNI, mas também pelo antigo Conselho de Segurança Nacional.

A seu ver, a idéia era acabar com o SNI e não deixar nada no lugar?

Não deixar nada no lugar, como aconteceu depois com o Instituto do Açúcar e do Alcool, que foi extinto, mas se esqueceram de definir quem se encarregaria de fazer o que ele fazia. Está certo, era cabide de empregos, mas tinha uma função importante de intermediação entre o plantador de cana e o usineiro. Mas os plantadores de cana, particularmente os mais modestos, ficaram desamparados. Só se pensava em acabar com organizações consideradas desnecessárias. “Desregulamentação” era o termo que usavam, objetivando a simplificação da estrutura do governo.

O Pedro Paulo Leoni Ramos, que foi para a SAE, era filho de militar. O sr. o conhecia?

O pai dele foi meu contemporâneo na Academia Militar. Foi inclusive na casa dele que tive o primeiro encontro com o Collor. O Pedro Paulo é outro indivíduo com boa vontade, mas absolutamente inexperiente para a função de secretário de Assuntos Estratégicos. Mas, como ele tinha uma ligação muito grande com os ministros militares, nós o ajudamos naquele início, procurando colocar as coisas no caminho certo. Porque essa Secretaria de Assuntos Estratégicos ficou encarregada não só da parte de informações, como também dos chamados projetos especiais, onde estava incluído o Calha Norte.

O Gabinete Militar, quando o Collor assumiu, foi totalmente esvaziado. Até as viagens do presidente, no início, passaram a ser coordenadas pelo Gabinete Civil. O Agenor veio falar comigo sobre isso, eu disse: “Agenor, deixa. Daqui a pouco, não vai demorar muito, o presidente vai ver que é inviável”. Por quê? Porque o Gabinete Civil não tem estrutura nenhuma no território nacional para coordenar visitas do presidente, coisa

que o Gabinete Militar tem, pois utiliza a estrutura das Forças Armadas. Então o presidente chega e diz: “Amanhã quero ir a Roraima”. Como ele fez: assumiu num final de semana, no final de semana seguinte ele estava indo a Roraima. Quem cuidou disso? Quem tinha estrutura para permitir uma visita dessa? Só as Forças Armadas. E quem lida com as Forças Armadas? O Gabinete Militar.

O sr. disse que quis que o general Agenor fosse imediatamente para Brasília, para acompanhar essa fase inicial, no Bolo de Noiva, antes da posse de Collor. Ele conversava regularmente com os senhores, os três futuros ministros militares, dizia o que estava acontecendo?

Conversava. Não tanto quanto desejávamos, porque cada um dos futuros ministros estava num lugar diferente. Mas eu conversava bastante com o general Agenor quando ia a Brasília — e ia a Brasília toda semana — e também nos falávamos por telefone. Basta dizer que a estrutura da Secretaria de Assuntos Estratégicos foi esboçada numa reunião que fizemos na Base Aérea de Brasília: marcamos um encontro dos três ministros escolhidos com o general Agenor e com a pessoa designada para ser o secretário, que era o Pedro Paulo Leoni Ramos, e estruturamos a Secretaria de Assuntos Estratégicos. Ela tinha um Departamento de Inteligência, que representava o que sobrou do SNI, um de Projetos Especiais, e um outro, de Programas Especiais, onde estavam inseridos o Programa Calha Norte e o chamado Programa Nuclear. Também se resolveu que algumas coisas deveriam passar para a Secretaria de Ciência e Tecnologia.

Em relação à área de inteligência militar, Collor tinha alguma diretriz?

Não. Esses órgãos de informação militares formavam um sistema que se juntava, no final, no SNI, que era o órgão de cúpula. Cortada a cabeça, o que aconteceu? Esses serviços tiveram que, digamos, se tripartir, passando a ter três cabeças, não tendo para onde encaminhar as informações que julgavam de interesse do governo. Os serviços de informações da Marinha e da Aeronáutica, desde o governo Sarney, haviam se esvaziado um pouco, mas o CIE continuava trabalhando normalmente, e procurei, de uma certa forma, fazer com que o CIE tivesse a sua missão, particularmente no exterior, ampliada. Como? Através de uma busca maior de informações através dos adidos. Centralizei todas as informações no CIE, porque nessa época elas eram descentralizadas. As informações internas eram cuidadas pelo CIE, e as informações externas, oriundas das aditâncias, eram coordenadas pelo Estado-Maior. Então, juntei as duas no CIE e depois vinculei o CIE ao Estado-Maior. Por quê? Porque eu sentia a

necessidade de que as informações do campo interno tivessem uma ligação com as do campo externo, porque, às vezes, uma informação que vem de fora, jogada com uma informação daqui de dentro, dá idéia de alguma coisa.

Havia certas informações que vinham a mim, através do CIE, que eu julgava de interesse do presidente, mas não havia mais o canal, então o que eu fazia? Passava para o general Agenor. Algumas coisas foram levadas ao presidente e geraram decisões ou mudança de decisões. Estou me lembrando de uma relacionada com o Suriname. Uma delegação brasileira ia ao Suriname, e não havia informações adequadas para essa comitiva. E essas informações foram proporcionadas por nosso adido. Então veja bem: o que eu imaginei é que, em função da extinção do SNI, o CIE tinha que fazer esse papel de colher informações e ampliar esse trabalho, em benefício da própria Presidência.

Operacionalmente, era melhor o CIE estar subordinado ao Estado-Maior do que ao gabinete do ministro?

Veja bem, isso pôde ser feito depois da criação do Comando de Operações Terrestres, o Coter, porque o Estado-Maior era muito assoberbado com a execução de uma série de coisas. Com a criação do Coter, toda a parte executiva saiu do Estado-Maior, que pôde então ter tempo disponível para cuidar de sua missão precípua. Nessa ocasião vinculei o CIE ao Estado-Maior, e as informações ficaram centralizadas num único órgão — as de campo externo e as de campo interno. Isso não tinha nenhuma implicação de ordem prática, porque diariamente eu me reunia com o chefe do Estado-Maior, o chefe do CIE, o chefe do Ccomsex, e isso continuou sendo feito.

Quem era o chefe do CIE nessa época?

Era o general Mendes, que havia sido meu chefe de Estado-Maior em São Paulo. Antes da escolha do general Agenor, escolhi meu chefe de gabinete, o general Tamoio Pereira das Neves, que tinha servido comigo em São Paulo e que foi o meu chefe de Estado-Maior na 4ª Brigada, em Belo Horizonte. O general Tamoio, nessa ocasião, era o comandante da Aman. Pedi ao general Tamoio para me fazer uma visita no fim de semana, em São Paulo, depois que eu havia sido escolhido ministro, e conversamos um dia inteiro. Ele era um auxiliar extremamente importante, porque havia servido no gabinete do ministro algum tempo, foi chefe do CIE durante a administração do general Leonidas e era um homem de estrita confiança. Dessa conversa, cheguei ao nome do chefe do Estado-Maior

do Exército. Era o general Moreira, um companheiro de turma que ia ser promovido no final de março. Dessa mesma conversa saíram o general Mendes para o CIE e o general Nialdo para o Ccomsex.

Eu pensava em propor ao presidente que o general Jonas, que era o ministro-chefe do Emfa na época do Sarney — tinha sido nomeado no fim do ano, em dezembro —, continuasse. Mas havia um problema: o Emfa tinha perdido o *status* de ministério. Então, antes de propor isso ao presidente, tive uma conversa com o general Jonas, que é mais antigo do que eu, mas meu amigo, na residência oficial do chefe do Emfa. E ele concordou em continuar.

Qual era a impressão a respeito do presidente Collor na área militar? Acha-va-se que era bem informado, bem-intencionado, ou havia coisas que os senhores não compreendiam?

O presidente, quando assumiu, não tinha idéia exata do que fossem as Forças Armadas. Desconhecia muita coisa, mas gostava de ouvir e era um homem racional, tanto que concordou em não criar o Ministério da Defesa naquela ocasião, em função de nossa argumentação. Ele havia tido aquele atrito com o general Ivan e criou outro problema, mais em função de seus auxiliares, que foi o da venda dos apartamentos funcionais em Brasília, tanto na área civil, como na área militar, a despeito de levantarmos o problema de que na área militar a coisa era diferente: os militares vivem se movimentando e, se não existisse apartamento para eles em Brasília, não tinham como ir para lá, pois não se podia pagar o aluguel que se cobrava na cidade. Mas a despeito disso, o decreto que permitiu essa aquisição não fez a ressalva. Então começou uma série de demandas, no Judiciário, de militares que queriam comprar as casas onde moravam. Isso gerou um problema incrível para nós, um problema extra.

Também surgiu outro, decorrente não tanto do Collor, mas da Constituição, que previa estabilidade aos cinco anos. Nós temos os oficiais R2, que são os oficiais da reserva convocados. O oficial R2 faz o CPOR (Centro de Preparação de Oficiais da Reserva) ou o NPOR (Núcleo de Preparação de Oficiais da Reserva) e depois é convocado para suprir os claros de tenentes, particularmente, na tropa. Isso é feito porque, pelo plano de carreira, nós não podemos ter o efetivo de tenentes necessário, porque senão entope lá em cima. Esses oficiais começaram a entrar na Justiça, alegando que haviam adquirido estabilidade. E nós tivemos que contestar isso na Justiça. E ainda apareceu o Bolsonaro para estimular os dois lados — o dos apartamentos e o dos R2 — a entrarem na Justiça. Isso

levou uns três ou quatro anos, mas ganhamos em todas as instâncias, nos dois casos.

O presidente não tinha idéia exata do que eram as Forças Armadas, e os ministros militares começaram a entender que precisavam fazer com que o presidente, aos poucos, começasse a entender. No caso específico do Exército, levei-o a visitar as unidades principais de Brasília. Ele visitou o BGP, o RCG, que eram as unidades que davam guarda ao palácio, o Centro de Instrução de Guerra Eletrônica, o Centro Cartográfico do Exército. Na semana seguinte à posse, ele fez uma viagem a Roraima, foi visitar o Pelotão de Surucucu, onde existe uma aldeia Ianomami bem em frente ao quartel. Lá ele assistiu a uma exposição de um tenente, comandante do pelotão, e viu a qualificação desse oficial para mostrar certas coisas, falar, expor. Viu como vivia aquela tropa e as famílias dos oficiais e sargentos que havia ali. Começou a perceber aos poucos o que eram as Forças Armadas. Tanto que, no fim desse primeiro ano, 1990, ele fez uma visita à Amazônia e, no Batalhão de Selva de Tabatinga, fez um discurso e um elogio enorme às Forças Armadas, particularmente àquele pessoal da fronteira. E com isso ele foi se informando. Depois veio aqui ao Rio visitar a Brigada Pára-queda e o Batalhão de Forças Especiais. Visitou nessa ocasião a Escola Superior de Guerra, a Fortaleza de São João. Então, paralelamente, a Marinha e a Aeronáutica faziam algo parecido: ele voou em jato da Força Aérea, andou em navio da Marinha etc. Nessa visita que fez à Amazônia, passou uma noite numa base de selva do Centro de Instrução de Guerra na Selva. Demonstrou também vontade de visitar o Pantanal, e nós organizamos essa visita. Ele passou lá uns três ou quatro dias acampado numa barraca.

Nesse ano de 1990, houve outros episódios que deram a impressão de que o presidente não estaria dando muita atenção às coisas militares. O primeiro foi o da serra do Cachimbo...

O presidente, no início, se colocava numa espécie de pedestal. Os oficiais-generais cumprimentavam e ele não estendia a mão. Então isso causava uma certa espécie. O militar se apresenta e espera que a autoridade superior estenda a mão. Isso era uma norma de todo presidente, e ele não fazia. Aos poucos foi revendo isso através do general Agenor, que foi lhe mostrando como deveria agir.

Esse problema de Cachimbo tem relação com o contencioso com os Estados Unidos em relação à utilização da energia nuclear. Quando o presidente, antes de tomar posse, esteve nos Estados Unidos, esse tema deve ter sido tratado com autoridades americanas. E ele tinha na cabeça

que devia eliminar ou minimizar esses problemas. Uma das formas que encontrou foi o marketing, no qual ele era mestre. O que fez? Foi a Cachimbo e fechou um buraco que na realidade já estava fechado, estava praticamente obstruído. Nunca foi usado e não seria usado. Aquilo havia sido aberto numa época, sei lá quantos anos antes, em que se pensava realmente em fazer explodir alguma coisa ali. Mas ficou para a imprensa a idéia de que ele tinha posto uma pá de cal no assunto — e ele usou uma pá de cal mesmo. Era marketing. Então, o que procuramos fazer? Mostrar, durante as reuniões de alto comando, o motivo de certas coisas, porque a tropa de um modo geral via as notícias da imprensa e pensava: “Poxa, o presidente está massacrando a gente”. Mas eu procurava mostrar que, em realidade, não tinha havido nada demais.

No episódio de Cachimbo os ministros militares não ficaram constrangidos?

Não, nós fomos lá e não houve constrangimento nenhum. Se não me engano, foi até num domingo. Saímos de manhã de Brasília para ir lá participar da solenidade e voltar.

Como Collor soube que existia aquele buraco em Cachimbo?

É provável que tenha lido alguma coisa a respeito. Ele tinha uma curiosidade muito grande, vivia conversando com a gente sobre esses assuntos, era um homem extremamente curioso. Quando queria esclarecer alguma coisa, ia até o final. E em função desse contencioso que havia, ele achou que devia fazer alguma coisa que tirasse dos Estados Unidos a idéia de que ele estava querendo continuar o programa nuclear. Essa é a razão.

Como Collor pediu aos senhores para irem até Cachimbo? Foi de surpresa?

Não, não foi nada de surpresa. Inclusive os três ministros militares estiveram antes em Cachimbo. Fomos lá porque o assunto vinha sendo tratado há algum tempo. Aquilo foi feito normalmente. Ele entrou em contato com o ministro da Aeronáutica e pediu que examinasse o assunto. O brigadeiro Sócrates deve ter dado para ele todas as informações.

O presidente Collor tratava os ministros militares com extrema consideração. E prestigiava a ponto de, às vezes, em reuniões ministeriais, nos deixar constrangidos pelos elogios que fazia e pelo que cobrava de alguns dos integrantes civis do ministério. À medida que o tempo foi passando e ele foi tomando conhecimento de como os ministérios militares funcionavam, foi ficando mais crítico com relação aos ministérios ci-

vis. Quando começou o governo, só os ministérios militares funcionavam, tinham condições de funcionar, por causa da continuidade. Os ministérios civis tinham que começar tudo de novo. O pessoal que entrou não tinha conhecimento do que estava se passando, basta dizer que nós tivemos até que dar algumas minutas de documentos oficiais para alguns ministérios, para eles começarem a deslanchar.

Collor também decidiu não participar das comemorações da Revolução de 1964. Isso causou espécie?

Causou, causou espécie. Mas ele disse para nós que não ia. Não nos impediu de fazer comemoração nenhuma, mas disse que não ia participar da solenidade, como não participou de várias outras. Mas essa talvez tenha sido a primeira que ele, digamos, definiu que não ia. Ele certamente tinha opinião de que não se devia continuar comemorando, mas nós continuamos. Continuou a mesma coisa com a ordem do dia conjunta dos ministros militares.

O sr. teve que explicar isso para o alto comando?

Não tinha muita coisa que explicar, era só dizer que o presidente tinha decidido não ir. Houve uma decisão. Não se contesta. Se o presidente tivesse levantado o problema para discussão... mas ele não levantou. Então, o assunto estava decidido.

Isso não dava a impressão, para a alta oficialidade militar, de que o presidente Collor às vezes se aproximava, às vezes se afastava dos militares?

Não, ele tinha idéias formadas sobre determinados assuntos, esse era um deles. Em outros assuntos, era aberto à discussão. Normalmente, as sugestões que se faziam eram aceitas. Nessas visitas todas que foram feitas, ele aceitava as sugestões. Até começou a cobrar: “Onde vamos ainda esse ano?” Uma ocasião, fomos visitar uma unidade da caatinga, um batalhão de infantaria com sede em Petrolina, Pernambuco, fronteira com a Bahia. Ele chegou para mim e disse que queria pernoitar no batalhão. Tivemos que tomar uma série de medidas. Ele não queria ficar no hotel na cidade e fez questão de jantar no quartel na companhia dos oficiais. Sentou na mesa, pegou o prato e foi se servir. Então isso aí dá bem uma idéia do ponto de integração, de sensibilidade a que ele chegou. Para chegar a esse ponto, realmente, no meu modo de ver, não fica dúvida de que ele passou a compreender e a gostar de conviver com oficiais e com a tropa nas unidades.

Que perfil psicológico o sr. traçaria do presidente Collor?

É difícil traçar um perfil psicológico, mas eu via no presidente Collor alguém com um conhecimento muito profundo dos problemas do país e das implicações desses problemas em nível mundial e com uma capacidade muito grande de discuti-los e tomar decisões. Às vezes, havia uma certa teimosia com relação a determinados assuntos, mas aos poucos ele ia amaciando. Passou, digamos, a aceitar rever assuntos sobre os quais já firmara alguma idéia. Nós, no final do governo, quando o *impeachment* estava se aproximando, chegamos a sugerir que ele renunciasse. Nós, que eu digo, é o general Agenor, por delegação nossa e de alguns políticos, mas ele afastou a possibilidade. Havíamos chegado à conclusão de que era irremediável o *impeachment*. Mas ele não tinha ainda absorvido isso, porque continuava vivendo o dia-a-dia do governo, como se nada estivesse acontecendo.

Como os ministros militares acompanhavam as acusações contra Collor que iam sendo divulgadas pela imprensa?

No início, despreocupados, mas, à medida que o tempo foi passando, fomos ficando preocupados. Cada vez que o presidente ia à televisão, ao invés de melhorar a situação, piorava. Depois, começamos a perceber uma disposição muito grande dos políticos com relação à chamada CPI do PC, porque o presidente, de um modo geral, hostilizava os políticos, não entrava na linha de se fazer a política da maioria deles, que era o fisiologismo, a barganha política, e começou-se a falar de *impeachment*. No início ele até nem recebia políticos, criava dificuldades, depois foi amaciando um pouco. Mas a verdade é que ele não contava com a boa vontade da maioria do Congresso, que começou a se posicionar claramente contra a ele. A imprensa também, pouco a pouco, foi passando a atacar cada vez mais. A mocidade, a opinião pública, a mesma coisa. Ele chegou ao ponto de pedir que as pessoas se vestissem de verde e amarelo pouco antes do Sete de Setembro de 1992, e todo mundo se vestiu de preto. Então a coisa foi se agravando, e nós íamos acompanhando. Num determinado momento, chegamos à conclusão de que ele estava perdido, o Congresso ia tirá-lo. Foi nessa ocasião que se tentou, primeiro através de alguns políticos mais ligados a ele, como o Bornhausen e o Ricardo Fiúza, convencê-lo de que era melhor renunciar. Mas ele nem os recebeu. Aí os políticos trouxeram isso para nós. Nós conversamos com o general Agenor e demos a ele a missão de conversar com o presidente. Ele também não conseguiu êxito.

Qual foi a reação de Collor?

A pior possível, não aceitou e brigou com o general Agenor: “Como um militar vem me propor tal coisa? O militar tem que brigar até o fim”. Ele se identificava, nesse ponto, com o que pensava. Cheguei, inclusive, numa reunião que tivemos com ele, talvez um mês antes, a dizer para ele que os militares, às vezes, chegavam à conclusão de que deviam recuar, numa determinada situação. Fiz um paralelo e deixei o assunto no ar, mas ele não aceitou nossa sugestão. Conclusão: foi renunciar quando não tinha mais solução, na véspera do julgamento pelo Senado, após o *impeachment* ter sido aprovado na Câmara.

No início desse processo que levou ao impeachment, a impressão que os senhores tinham era de que se tratava de uma campanha da oposição?

O que se imaginava era o seguinte: que a campanha contra ele persistia, o PT nunca perdoou a vitória sobre o Lula, essa é a realidade. Então qualquer coisinha pegava. Depois a imprensa também começou a se voltar contra ele à medida que aqueles problemas iam cada vez mais envolvendo o PC. Aquilo foi num crescendo, até que chegou num ponto que nós concluimos que não havia solução, ia acontecer o *impeachment*. Chegamos a ter uma conversa com o presidente da Câmara, o deputado Ibsen Pinheiro, sobre isso e vimos que ele queria abreviar todos os prazos.

Quando os senhores sugeriam a renúncia ao presidente Collor, a perspectiva era de Itamar assumir ou de se fazer uma nova eleição?

Era o Itamar assumir, porque já estávamos com mais de dois anos e meio de mandato, como previa a Constituição.

Itamar sabia das conversas que os senhores estavam tendo?

Não, pelo menos de minha parte. Só na reta final o Sócrates e o Flores tiveram contato com ele.

Ulysses conversou com o sr. sobre a crise?

Não. Nós conversávamos muito sobre a crise com o Célio Borja, o Bornhausen, o Fiúza, o Marcílio Marques Moreira. Tanto que houve uma reunião de todos os ministros para dar apoio ao presidente naquela etapa final, para que houvesse governabilidade até o julgamento do processo do *impeachment*.

A natureza das acusações a Collor eram sérias. Pelo que o sr. disse, o CIE era o único órgão de informações funcionando plenamente. Havia preocupação, no CIE, de saber se havia algum fundo de verdade nessas denúncias?

Não, a gente não tinha acesso a isso. O que se dizia é que o PC procurava conduzir certos assuntos junto aos ministérios civis, e que isso talvez gerasse alguma vantagem financeira para ele. Mas, com relação aos ministérios militares, nunca houve nada, o Paulo César Farias nunca foi lá. Ele não se metia com os ministérios militares, de modo que nós não tínhamos informações, nem buscávamos esse tipo de informação.

O sr. não pediu ao adido militar no Uruguai para que investigasse por lá a Operação Uruguai?

Não, o acompanhamento daquilo ficou a cargo do Ministério das Relações Exteriores, que também tem condições de dar informações. Nesse caso, até melhores que o adido. Há muita gente que diz: “Se o SNI existisse, o presidente talvez pudesse ser informado”. É possível, porque o SNI tinha uma amplitude maior de atuação. Outros dizem o contrário: “O presidente extinguiu o SNI justamente por causa disso, para não...” Mas eu, particularmente, acredito que o presidente não sabia de detalhes relacionados com o trânsito que o P.C. Farias tinha em algumas áreas do governo.

Era a primeira vez que a República brasileira passava por uma crise política séria, sem o protagonismo militar. Afinal, pediram ou não para o sr. dar golpe?

Não.

Havia duas possibilidades a respeito de um possível golpe: abreviar a questão do impeachment e substituir o presidente, ou a fujimorização do Brasil, ou seja, fechar o Congresso.

Não havia nada disso. O que havia na área militar eram opiniões no sentido de que as Forças Armadas deviam dar uma força para o presidente. Mas também achávamos o seguinte: as Forças Armadas sempre ficaram do lado da opinião pública, do lado do povo. E o povo havia se definido claramente. Depois, nós não tínhamos o que fazer. Como íamos dar o apoio, digamos, fazer um documento de apoio específico? Não havia como fazer isso em função da opinião pública que a gente acompanhava no dia-a-dia. Então, qual era a solução? Era acompanhar aquilo de perto, com cautela, e deixar as instituições funcionarem. Foi essa a conclusão a

que chegamos. Se o encaminhamento das coisas tivesse sido diferente, vamos supor que fosse só um problema da área política ou da imprensa, e a opinião pública estivesse do lado dele, seria um pouco diferente. Talvez se pudesse fazer até um documento de apoio, mas nós não nos sentimos, na ocasião, encorajados a fazer isso.

A opinião pública estava contra Collor, mas não contra os militares.

As Forças Armadas, nessa época, estavam com um prestígio muito grande e foram muito elogiadas, inclusive no exterior, por não intervirem.

Durante o processo de impeachment, os senhores se reuniam para discutir, conversar, entre si?

Diariamente trocávamos idéias e estávamos sempre nos reunindo, inclusive com os políticos, porque queríamos ouvir a opinião dos políticos mais próximos do presidente. Quando o presidente não quis ouvi-los, eles vieram pedir a nossa ajuda, porque estavam convencidos, também, de que o presidente só tinha uma solução: renunciar. Fiúza e Bornhausen vieram pedir o nosso apoio no sentido de convencer o presidente a renunciar.

Há um comunicado dos ministros à nação, de 25 de agosto de 1992, que fala da governabilidade e que foi discutido entre os ministros. Depois, esse documento foi mostrado ao presidente. O que se procurou foi, de uma certa forma, dizer à opinião pública que os ministros estavam com o presidente, que não iriam abandoná-lo. Suiu outro documento no final de setembro, quando ele foi afastado para ser processado e o Itamar assumiu. Foi uma solenidade muito constrangedora no Palácio do Planalto, eu estava lá. Veio um senador, não me lembro exatamente qual, e leu um documento. O presidente, lá na frente, ouviu tudo, assinou o documento e deixou o palácio. Uma claque organizada o vaiou na saída. Deixou o palácio acompanhado pelos ministros e pegou o helicóptero para ir para sua residência.

Em algum momento ele sondou se os militares estariam dispostos a tomar alguma atitude?

Nunca tocou nesse assunto, jamais. Aceitou tranqüilamente sua saída, com muito *fair-play*.

Havia diferenças de opinião entre os ministros militares? O sr. sentia avaliações diferentes?

Não se fazia avaliação sobre o governo, fazia-se apenas avaliação sobre aquela conjuntura, relacionada àquele problema específico. A con-

clusão a que se chegou, depois de algum tempo, é que só havia um caminho, a renúncia, pois não havia mais condição para o presidente. Os ministros entenderam que precisavam fazer um documento de apoio ao presidente para preservar a governabilidade do país. Porque a ação da imprensa, particularmente, estava criando uma intranquilidade tal que beirava a ingovernabilidade.

O sr. achava, na época, que o presidente Collor era culpado de alguma coisa?

Não. Sempre achei e continuo achando que ele não tinha conhecimento das minudências, dos detalhes, do que fazia P.C. Farias. O P.C. ficou cuidando das sobras de campanha, que deve ter sido um montão de dinheiro, porque naquele final do segundo turno a área empresarial encheu o Collor de dinheiro, todo o mundo sabe disso. O P.C. Farias ficou gerindo esse montante e depois ficou comprovado que era usado em algumas coisas relacionadas ao presidente. Agora, em realidade, esse dinheiro não era público. Se o presidente tinha alguma culpa, era em relação ao imposto de renda. Esse dinheiro não tinha sido declarado, e o presidente estava se beneficiando dele. Sempre achei, e continuo achando, que ele, em realidade, não sabia detalhes do que estava se passando. E entendo que só nessa ocasião, quando se afastou, é que realmente se deu conta do que se tratava.

O sr. conversava com os oficiais, com o alto comando, sobre o que estava acontecendo? Eles davam opinião?

Opinavam, inclusive na última reunião do alto comando se discutiu muito isso. Já estava praticamente definido que o presidente ia sair e haveria a continuidade do governo através do vice-presidente, e os integrantes do alto comando achavam que realmente a maneira como o problema havia sido encaminhado era a mais adequada nas circunstâncias. Nessa última reunião, eles manifestaram a idéia de que os ministros militares deviam continuar. Mas a essa altura eu já tinha quase certeza de que não íamos continuar. Quando o presidente Itamar assumiu e se definiu a substituição dos ministros militares, ele me convocou à sua residência para dizer que havia pensado em me indicar para o Tribunal Militar. Disse-me que o Flores ia ser o secretário de Assuntos Estratégicos e o Sócrates ia para Genebra. Então, disse para ele o que, creio, ele já sabia: “Presidente, não posso ir para o tribunal porque já estou na reserva. Mas o sr. não precisa se preocupar comigo”.

Mas Itamar lhe ofereceu uma coisa que ele sabia não podia ser aceita?

É a maneira de ele ser. O que acontece é o seguinte: manifestei algumas vezes, aos dois outros ministros militares, que não tinha simpatia pelo Itamar. Nunca tive simpatia por ele desde que havia passado por Minas. Achava que ele não se comportava adequadamente com o problema das privatizações, sendo vice-presidente de um governo que havia decidido privatizar algumas empresas. Eu achava isso absurdo, podia até entender que ele fosse contra, mas achava que não devia se manifestar. E dizia aos meus companheiros: “não simpatizo com o Itamar, posso até continuar no ministério, vou ser leal, vou cumprir minha missão. Mas, satisfação em continuar, confesso que não tenho”.

Itamar pertenceu à ala autêntica do MDB. Em relatórios do CIE feitos durante o governo militar, ele estava relacionado entre os parlamentares comunistas. Itamar fazia parte do grupo que era objeto de observação por parte dos serviços de inteligência militar?

Em realidade, o Itamar nunca foi considerado comunista. Era considerado uma pessoa instável, que mudava de opinião de uma hora para outra. Quando servi em Minas, o Itamar e o Newton Cardoso reivindicavam a candidatura a governador do estado pelo PMDB. E o Hélio Garcia, em cima do muro, custando a se definir, se definiu pelo Newton Cardoso e me disse: “General, vamos conversar ali na biblioteca, que esse assunto de política mineira é meio complicado. O dr. Newton vai ser um desastre para Minas, mas é um homem absolutamente previsível. Todo o mundo sabe o que vai fazer. Já o doutor Itamar é absolutamente imprevisível”. Então essa, em realidade, é a figura do Itamar.

Ele lhe pediu indicação para seu sucessor no ministério?

Ele me telefonou, disse que havia escolhido o general Zenildo e me pediu que fizesse contato com ele para avisá-lo de que seria o próximo ministro. Não pediu opinião. Creio que tudo isso tem relação com o episódio da publicação, em um jornal de Brasília, de um artigo do Haroldo Holanda, que me acusava de ser contra a contratação de uma empresa estrangeira para fazer auditoria no caso PC. Depois, um político meu amigo disse: “Isso é coisa do Itamar”. Fiquei com a convicção de que aí estava a origem do tal artigo no jornal.

Certamente o Flores e o Sócrates comentaram qualquer coisa do que eu dizia para eles do Itamar, porque nunca deixei de dar minha opinião. E ele deve ter ficado influenciado. Tanto que o Sócrates, num determina-

do momento, disse: “Nós não vamos continuar ministros por sua causa”. Não disse nada, sabia o porquê. O Itamar não queria que eu continuasse e não se sentiu forte o suficiente para tirar só a mim.

Observando todo o período republicano, percebe-se que, em todos os momentos em que as Forças Armadas consideravam a situação política crítica, houve, de fato, algum tipo de manifestação ou pronunciamento mais explícito. Nesse momento, não houve. O que mudou?

Talvez o comportamento da sociedade como um todo. Porque, à medida que o tempo foi passando, a sociedade, a imprensa, os órgãos representativos da sociedade passaram a ser mais atuantes e, quando esses órgãos atuam mais, as Forças Armadas ficam menos atuantes. Há quem diga que se mede o grau de atraso de um país pela participação das Forças Armadas nos seus problemas políticos e econômicos. Quanto mais atrasados, mais as Forças Armadas são chamadas a intervir. À medida que o país amadurece, se desenvolve, as Forças Armadas se retraem, naturalmente. Elas vão muito pela opinião pública — não a opinião dos jornais. A opinião dos jornais, no que se relacionava com o Exército, eu vivia combatendo. Passei muito tempo brigando com ela. Cheguei mesmo a descredenciar o repórter da *Veja* no Centro de Comunicação Social do Exército, que é o órgão de ligação externa do Exército.

O sr. teve algum contato mais particular com os ministros da Fazenda, Zélia e depois Marcílio, além das reuniões ministeriais?

Costumo dizer o seguinte: preferia lidar com a ministra Zélia do que com o ministro Marcílio. Por uma razão muito simples: a ministra Zélia tinha um raciocínio racional e lógico, parecido com o nosso. Então, eu ia discutir um problema com ela, nós lançávamos os argumentos e depois chegávamos a uma solução. Sempre havia uma solução. Já com o ministro Marcílio, nunca havia. Ele é um diplomata, um homem do Itamarati, então ouvia muito, mas não chegava a nenhuma solução. Outra razão é que a ministra Zélia era muito mais sujeita às observações do presidente do que o Marcílio. Se eu chegasse para o presidente e dissesse: “Presidente, fiz essa reivindicação para a ministra Zélia, ela não está com muito boa vontade, o sr. podia dar uma palavrinha com ela”, ele dava e o problema se resolvia.

Houve uma ocasião em que estávamos para ter um aumento pequeno, de 9%, e a ministra Zélia já tinha dado o parecer favorável, estava faltando só botar o preto no branco. Durante uma reunião do alto co-

mando, ela me telefonou e apresentou uma última argumentação contra a concessão. Contra-arguntei, rebati o que ela tinha dito e adiantei mais alguma coisa. Ela me ouviu e disse: “Ministro, o sr. está com a razão, os 9% vão ser concedidos”. Aliás, o ano de 1990 foi o mais difícil, porque o presidente assumiu com uma inflação de 84% ao mês. Quando chegou no final de abril, nossos recursos acabaram, precisava haver suplementação. Por outro lado, o fundo do Exército, que é a reserva que nós temos, estava sem condições de prestar muito apoio, porque o meu antecessor, o Leonidas — não vai aí nenhuma crítica —, tinha usado parcela grande dele para terminar a obra da Aman. Então, o fundo estava esvaziado e nós ficamos numa situação tão crítica que alguns comandantes de unidade por esse Brasil afora foram levados à Justiça por falta de pagamento. Continuavam recebendo material de fornecedores, mas não tinham como pagar. Não tínhamos dinheiro. Aí entrou o problema de meio expediente, de acabar com almoço, restringir exercícios e uma série de coisas. O Congresso só foi votar a suplementação em outubro, depois das eleições. Tivemos que antecipar licenciamento, tomar uma série de medidas muito drásticas para sobreviver. Alguma coisa se remediou em função desse contato com a ministra Zélia e da influência que o presidente exerceu junto à ministra, a essa altura, já ciente dos problemas que estávamos vivendo.

Dos ministros civis, quais os senhores procuravam mais?

A ministra Zélia, o ministro da Infra-estrutura, o ministro da Justiça e o secretário de Administração, João Santana — este, basicamente, em função das medidas que precisavam ser tomadas com relação aos apartamentos e à alienação de viaturas funcionais. No início, começou-se a fazer um corte muito grande de despesas, e era ele quem cuidava dos funcionários civis — nós tínhamos um determinado número de funcionários civis e havia solicitação de que fossem reduzidos —, e eu dizia que não tínhamos mais o que cortar, porque, de uma previsão de 29 mil, só tínhamos 14 mil; então, já estava mais do que cortado. Não cortei nenhum funcionário civil com essa linha de argumentação, e eles se convenceram. Depois eu dizia: se eu dispensar funcionário civil, vou ter que desviar militares da atividade-fim para a atividade-meio, e isso vai afetar mais ainda a operacionalidade, já muito delicada em função da restrição de recursos. Isso sensibilizava muito o presidente. Em 1990, nós tivemos que suspender todos os exercícios da fase final de instrução, por falta de recursos.

Diante dessa situação dramática, os senhores tinham impressão de que isso era uma coisa passageira, viam alguma luz no horizonte?

Víamos, tanto que 1991 foi um ano bem melhor. O orçamento para o ano de 1991 já nos deixou em melhores condições, e a inflação havia baixado. Mas o Exército tinha algumas dificuldades, e houve inclusive o problema com a licitação do fardamento em 1991. Foi essa licitação que gerou aquela campanha de *O Globo*, um verdadeiro absurdo. Eles faziam comparações de peças de fardamento do varejo impossíveis de serem comparadas, porque os uniformes do Exército são feitos com um tipo de fazenda especial, com uma série de características, e têm de durar um ano — se uma peça estiver defeituosa, o fabricante tem que trocar. E devia ser entregue em todo o território nacional, porque não havia recursos para receber esse fardamento todo em São Paulo ou no Rio de Janeiro e distribuí-lo. Tínhamos também que fazer a licitação antes de saber o valor dos recursos que teríamos, porque ele só ia ser votado depois. Aí, *O Globo* tirou conclusões absolutamente estapafúrdias, fazendo comparação de preço, dizendo que havia superfaturamento.

Houve um inquérito?

Não houve inquérito nenhum. O que houve foi a participação normal do órgão de controle do Ministério do Exército — a Diretoria de Auditoria — e a antecipação da participação do TCU, porque todas essas licitações são submetidas ao TCU, *a posteriori*. Nesse caso, em função da celeuma, nós pedimos que o TCU fizesse um acompanhamento *a priori*. O TCU autorizou a continuação da licitação, e ela foi até o fim. Só que os recursos que a imprensa alegava que estávamos perdendo eram de 80 milhões de cruzeiros. Ora, os recursos que nós tivemos foram de 54 milhões! Quando se faz uma licitação sem saber os recursos de que se dispõe, licita-se uma quantidade grande de itens. Depois, compram-se, de acordo com o dinheiro disponível, aqueles mais prementes.

E assim foi, mas fizeram uma onda tão grande — aquilo foi uma campanha — que, em função disso, fiz um contato com o presidente da Comissão de Defesa da Câmara dos Deputados, que era meu amigo, o deputado Maurício Campos, e pedi para me convocar para falar sobre o assunto. Fiz uma exposição, e durante essa exposição aconteceu algo absolutamente inusitado. Eu havia preparado uns eslaides que estavam sendo projetados na tela. Aí, um câmara de televisão, lá atrás, acendeu a luz para filmar. Só que, quando ele acendeu aquela luz e focou na tela, não se enxergava nada. Qual era o objetivo? Criar dificuldade para a exposição

que eu estava fazendo. E eu já estava em cócegas ali, um assistente meu percebeu e falou com o camarada para apagar. Ele não apagou. Foi preciso o presidente da comissão intervir. Conclusão: fui explicar para a Câmara dos Deputados, mas na imprensa não repercutiu nada. Então, só tive uma solução. Peguei amostras do fardamento do Exército e amostras que *O Globo* havia citado e pedi audiências particulares a vários integrantes do TCU para mostrar que as informações adequadas não chegavam. O TCU entendeu e autorizou o prosseguimento da licitação. Caso contrário, o Exército não ia se fardar no ano seguinte. E assim foi. Quer dizer, uma briga constante.

Para dar uma idéia a mais da hostilidade da imprensa, mudou o representante da *Veja* em Brasília, e ele me pediu uma audiência. Foi lá, conversamos uma meia hora e tal, e ao final ele disse: “General, o sr. não quer escrever um artigo para a página final da *Veja*, o ‘Ponto de Vista?’” “Para quando?” “Para a revista desta semana. O sr. teria que mandar para mim até quinta-feira.” Se não me engano, era uma terça. “Vou escrever, sim.” Eu mesmo escrevi um artiguinho relacionado com os assuntos sobre os quais havíamos conversado. Basicamente, orçamento e vencimentos. E mandei entregar. Sabe o que ele mandou perguntar? Se eu autorizava a revista a fazer algumas modificações no texto. Mandei dizer que absolutamente não. Se ele quisesse publicar, que publicasse do jeito que estava, senão não publicasse. Imediatamente, mandei publicar no *Noticiário do Exército*, para não deixar dúvida que aquele texto tinha saído daquele jeito. Mas o pior não é isso, o pior é que na revista dessa semana, na qual não publicaram meu artigo, havia uma reportagem sobre o Exército, enfocando fundamentalmente os assuntos sobre os quais ele não falou que ia publicar nem pediu dados. Total falta de ética. Estou contando essa história para mostrar como é que a imprensa lidava com a gente. Eu vivia numa briga constante.

Quando houve o problema do Traíra, em início de 1991, foi outra confusão. Fui chamado ao Senado — estão aqui os documentos relacionados com o assunto. Foi outra exploração. O pessoal da imprensa, credenciado, queria porque queria que eu desse uma entrevista coletiva. E eu dizia: “Não preciso dar entrevista coletiva, todo dia a imprensa está tendo notícia através do Ccomsex”. Mas eles tanto insistiram que, depois que estive no Senado, que o problema foi clareado, eu aceitei. Marcamos um dia, e lá estava toda a imprensa credenciada. Mais de uma hora de perguntas. Quando elas terminaram, perguntei: “Vocês não têm mais nenhuma pergunta a fazer?” “Não, ministro, o sr. esclareceu tudo, o sr. tirou todas as nossas dúvidas.” Aí eu disse: “Bom, nesse caso, já que vocês

não têm mais perguntas, eu tenho uma a fazer a vocês. Eu só queria saber por que vocês não me fizeram nenhuma pergunta sobre os nossos feridos?” Os nossos feridos na ação no Traíra foram nove. Três mortos e nove feridos. Foram incapazes de perguntar alguma coisa sobre o nosso pessoal. Agora, perguntaram sobre guerrilheiro, garimpeiro, maus-tratos e direitos humanos, não sei o quê. Aí eles enfiaram a carapuça.

No episódio do rio Traíra, ficou claro se os atacantes eram guerrilheiros ou garimpeiros?

Tive a sorte de receber, na véspera de comparecer ao Senado para prestar esclarecimentos, um fax do nosso adido em Bogotá com uma entrevista, num jornal colombiano, do comandante das Forças Armadas colombianas, deixando claro que se tratava de guerrilheiros. Não houve dúvida nenhuma, vimos logo que eram guerrilheiros pelo tipo de ação que fizeram. O rio Traíra tem cerca de 40 metros de largura, estive lá depois, e o nosso posto ficava encostado na margem do rio. Os guerrilheiros fizeram uma ação que consistia basicamente no seguinte: colocaram uma turma na margem oposta do rio, em frente ao nosso posto, que ficou em posição de tiro, enquanto duas “pinças” entravam em território brasileiro para fazer o cerco pelos dois lados. E quando essas duas “pinças” chegaram nas proximidades do nosso posto, os homens que estavam do outro lado do rio imediatamente atiraram e mataram os dois sentinelas, propiciando aos demais pegarem de surpresa toda a tropa do posto que estava almoçando. Eles escolheram o horário. Na hora do almoço, as armas estão no solo. O outro homem que foi morto foi o único que teve a reação de tentar pegar o fuzil. Depois, nós viemos a saber que o chefe da operação tinha sido trazido de outra área, porque ali, nas imediações da fronteira com o Brasil, eles não são muito atuantes.

E como foi a reação do Exército brasileiro?

Aí foi outra questão de sorte. Para chegar a esse posto de vigilância no Traíra, que havia sido colocado lá porque se vinha detectando a entrada de colombianos em território nacional, tinha-se que ir de barco, subir duas cachoeiras onde se tinha que tirar o barco do rio e subir com ele no ombro, levando-se uns três ou quatro dias para se chegar ao local, partindo de Vila Bittencourt, que era onde estava o pelotão mais perto. E essa equipe que estava lá, estava para ser substituída. O destacamento que ia substituí-la estava em deslocamento e chegou ao local pouco depois. A ação foi ao meio-dia, mais ou menos, e esse pessoal substituído chegou no local no dia seguinte pela manhã. Foi a sorte, porque os guerrilheiros

tinham destruído a estação de rádio, e os sobreviventes, entre os quais havia nove feridos, não tinham como se comunicar com a base. Então, tão logo essa patrulha chegou, no dia seguinte, já começou a sondar por ali para ver se achava alguma coisa.

Logo depois da notícia, deslocou-se uma equipe com mais potência de fogo, que encontrou dois guerrilheiros, ainda em território brasileiro, vigiando uma parte do armamento que eles haviam roubado. Foram presos e obrigados a dizer para onde havia ido o resto do pessoal. Nossos homens fizeram uma emboscada e mataram oito ou nove guerrilheiros, inclusive o chefe. E recuperaram quase todo o material que havia sido furtado: armamento, material de comunicações, mochilas e material de acampamento.

Quando o sr. acha que essa relação tensa dos militares com a imprensa vai mudar? Isso é uma questão de geração?

Acho que sim, que é um problema de geração, de gente que ainda está entranhada do revanchismo. A única explicação que tenho é o revanchismo. Querem porque querem derrubar as Forças Armadas. No Senado, o Maurício Correia fez o possível e o impossível para me derrubar durante minha exposição no Senado, quando fui convocado para depor sobre o ataque guerrilheiro ao Posto do Traíra. Como não conseguiu, porque eu estava preparado, ele simplesmente disse: “Pois é, ministro, mas lá, em Volta Redonda, o Exército matou três”. Não tinha nada a ver uma coisa com a outra. Ele disse: “Mas não houve um açodamento na ação sobre os guerrilheiros? Eles não chegaram a levantar nenhuma bandeira branca?” E eu dizia: “Olha, senador, em combate com guerrilheiro, ganha quem dá o primeiro tiro, não existe esse negócio de bandeira branca”. Aqui está a cópia da documentação levada ao Senado. O *Diário Oficial da União* publicou tudo, minha exposição e os debates. Por aí dá para ver os que eram hostis e os que não eram.

O sr. teve alguns problemas individuais de indisciplina na área militar, não?

Logo no início, não me lembro exatamente quando, tive o desprazer de ter que aplicar punição em dois oficiais-generais da reserva, os generais Newton Cruz e Euclides Figueiredo. Naquele início, a idéia que havia era que o presidente hostilizava as Forças Armadas. Em realidade não acontecia isso. Mas o general Newton Cruz referiu-se, em entrevista, de maneira desrespeitosa ao presidente da República. Confirmou a entrevista e foi punido através do Comando Militar do Planalto. E o general Euclides Figueiredo, aqui no Rio, embora em escala menor, também se refe-

riu de maneira desrespeitosa ao presidente e foi punido pelo Comando Militar do Leste. Tive o desprazer de aplicar essas punições, mas não havia outra solução. O general Newton Cruz recebeu uma pena de prisão que cumpriu lá no Comando Militar do Planalto. E o general Euclides Figueiredo foi simplesmente repreendido.

Houve mais um pronunciamento, feito pelo general Pedro de Araújo Braga, em 1990, quando assumiu o Comando Militar do Sudeste, em São Paulo. No discurso de posse, ele fez uma referência à extinção do SNI. Fui lá para presidir a solenidade e, quando estávamos no carro a caminho do QG, ele me deu uma cópia do discurso. Folheei, passei os olhos, vi aquilo e não fiz comentário. Mas achei que podia dar problema. Mas o meu raciocínio foi que era preferível alguém da área de informações fazer um pronunciamento daquele tipo, e aquilo, digamos assim, representar toda a comunidade e não haver mais movimento nenhum, a impedir que ele falasse e aí correr o risco de pipocarem observações esparsas pelo Brasil afora.

Conversei sobre isso com o Collor, porque a imprensa extrapolou, transformou aquilo em um cavalo de batalha. Conversei com o presidente e disse-lhe qual era o meu pensamento. Achava que não devia haver punição e que aquilo, no meu modo de ver, ia representar, como acabou representando, o canto de cisne do pessoal da “comunidade”. E ficou nisso. Eu estava certo. Daí para a frente, não tive mais nenhum problema com a comunidade de informações e nenhum problema com mais ninguém.

Como o sr. avalia a atuação do Clube Militar, nesse período?

A atuação do Clube Militar nessa época foi muito incisiva. O presidente do clube era o general Cerqueira, que estava interessado em entrar na política. Então, o Clube Militar chegou a ponto de processar judicialmente os ministros militares, mediante autorização dada ao seu presidente em assembléia geral. Isso, inclusive, é uma das mágoas que eu guardo, porque ser acusado de ação e omissão, de deixar de atender aos legítimos interesses da força, vocês hão de convir que é pesado. O que o Clube Militar queria? Queria que a isonomia dos generais de quatro estrelas com os ministros do Superior Tribunal Militar persistisse. Mas isso havia sido derrubado na Constituição. Mas o clube achava que os ministros militares deviam insistir. Em função disso, o Clube Militar nos processou. E, para surpresa nossa, o advogado do clube era o dr. Saulo Ramos, que havia sido o consultor-geral da República do Sarney e que conhecia muito bem o assunto. Tanto que ele recebeu, na ocasião, US\$100

mil e receberia outros US\$100 mil se ganhasse o processo. Ele estava cansado de saber que não ia ganhar. Mas o Clube Militar embarcou nessa canoa e perdeu US\$100 mil. E ainda por cima queria, imediatamente depois, aumentar a mensalidade. Eu não deixei.